



# **Criminalidade econômica e criminal *compliance.***

---

Curso de Aperfeiçoamento

## I. NOME DO CURSO

Curso de Pós-Graduação - Aperfeiçoamento em Direito Penal e Processual Penal Empresarial: Criminalidade econômica e criminal compliance.

## II. DADOS DO COORDENADOR E PROFESSOR:



PROF. DR. ROBERTO FERREIRA ARCHANJO DA SILVA: Doutor e Professor Titular de Direito Penal III e Coordenador do Departamento de Direito Penal e de Direito Processual Penal da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Pós-doutorando pela *Università di Bologna*. Doutor e Mestre em Direito Processual Penal pela PUC/SP. Especialista na mesma área pela EPM. Advogado na área penal empresarial.

### **III. PÚBLICO ALVO**

Profissionais do Direito e de outras áreas, com curso superior completo, que atuem ou tenham interesse em atuar ou ampliar seus conhecimentos acerca das questões jurídicas contemporâneas voltadas às áreas do Direito Penal e do Direito Processual Penal no âmbito empresarial.

### **IV. CARGA HORÁRIA**

184 horas/aulas (46 encontros).

### **V. FORMATO DO CURSO**

Aulas online por meio da plataforma Google Meeting e Classroom.

### **VI. PERÍODO DE REALIZAÇÃO, DIAS E HORÁRIOS:**

46 encontros de 4 horas/aula às segundas-feiras 08 de setembro de 2021 a 25 de abril de 2022 das 19h as 22h30

### **VII. BREVE JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS:**

Compartilhar com os profissionais do Direito as questões inéditas em cursos jurídicos e atuais relacionadas à criminalidade empresarial, com abordagens teóricas e direcionadas para a prática profissional.

## VIII. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

	Data	Seminário		Data	Aula teórica
	[Segunda]	Preparatório		[Quarta]	
<b>MÓDULO 1 - Carga Horária: 68 h/a</b>					
<b>Aspectos jurídicos sobre a Criminalidade Empresarial</b>					
			1	08/09/2021	Aula Magna
2	13/09/2021	Seminário Preparatório	3	15/09/2021	Sociedade de risco e Direito Penal Moderno (Direito Penal do inimigo e de terceira velocidade) Teoria geral do delito. Expansão do Direito Penal. Instrumentalização do Direito Penal. Direito Penal simbólico.
4	20/09/2021	Seminário Preparatório	5	22/09/2021	Bens jurídicos tutelados e a legitimidade do Direito Penal Econômico Direito Penal Econômico sob uma perspectiva constitucional. Bens jurídicos supraindividuais como fundamento do Direito Penal Econômico. Críticas aos bens jurídicos difusos: antecipação da tutela penal dos bens jurídicos difusos. A expansão do Direito Penal: Direito Penal simbólico e Direito Administrativo sancionador.
6	27/09/2021	Seminário Preparatório	7	29/09/2021	Criminalidade Organizada. Convenção de Palermo. Evolução legislativa. Conceito.
8	04/10/2021	Seminário Preparatório	9	06/10/2021	Terrorismo e Aspectos globais e regionais. O problema do terrorismo e seus fins. A resposta penal global por meio de compromissos internacionais. EUA: Atos patrióticos. A prisão de Guantanamo, Penas. A resposta penal regional: sistema interamericano e a Lei 13.260/2016
	11/10/2021	Emenda Feriado	10	13/10/2021	Crimes contra a Administração Pública e as Finanças Públicas. Improbidade administrativa. Os bens jurídicos tutelados. Crimes praticados por funcionário público contra a Administração Pública. Crimes praticados por particular contra a Administração Pública. Lei de Responsabilidade Fiscal. Lei de Improbidade Administrativa.
11	18/10/2021	Seminário Preparatório	12	20/10/2021	Crimes contra a Ordem Tributária Caráter ético da punição dos ilícitos tributários: impostos como deveres fundamentais. Lei n. 8.137/90: crimes tributários em espécie. Crimes Previdenciários. Extinção da punibilidade. Suspensão da punibilidade. Princípio da insignificância nos crimes tributários.
13	25/10/2021	Seminário Preparatório	14	27/10/2021	Crimes contra a Ordem Econômica Bens jurídicos tutelados. A macrocriminalidade econômica. A invisibilidade da infração contra a ordem econômica. Caráter internacional dos crimes contra a ordem econômica. Meios de investigação invasivos e os princípios e garantias fundamentais mínimos de um Estado Democrático de Direito.
	01/11/2021	Emenda feriado	15	03/11/2021	Seminário preparatório 1
16	08/11/2021	Seminário Preparatório 2	17	10/11/2021	Crimes contra o Sistema Financeiro. Lei 7.492/1986: divulgação informação falsa ou prejudicialmente incompleta; gestão fraudulenta; gestão temerária; operação irregular de instituição financeira; fraude na obtenção de financiamento; contabilidade paralela.

**Módulo 2 - Carga Horária: 60 h/a****Compliance Penal e responsabilidade penal das empresas: corrupção, ética e cibernética**

	15/11/2021	Feriado	18	17/11/2021	Seminário preparatório 1
19	22/11/2021	Seminário Preparatório 2	20	24/11/2021	Compliance: Corrupção e Integridade Empresarial Consequências sociais do crime de corrupção. Ética empresarial. A Lei Anticorrupção e a estruturação de um programa de integridade empresarial. Análise de riscos. Crítica: programas de “compliance” como dever de vigilância dos gestores. A responsabilidade administrativa e objetiva dos dirigentes. Normas de Direito Administrativo sancionador. Canais de “denúncia” - <i>notitia criminis</i> . Controles internos. Auditorias. Treinamentos e campanhas de conscientização.
21	29/11/2021	Seminário Preparatório	22	01/12/2021	<i>Compliance</i> : Investigação interna, políticas (estruturação do programa), medidas disciplinares, melhorias, riscos e comunicação compulsória de operações suspeitas. Procedimentos internos de investigação. As Políticas corporativas: O problema da privacidade e do uso de equipamentos eletrônicos. Aplicação de medidas disciplinares. Melhoria contínua dos processos internos. Programas de avaliação e de identificação de riscos nas relações com clientes e fornecedores. O dever de comunicar as operações suspeitas e a cegueira deliberada
23	06/12/2021	Seminário Preparatório	24	08/12/2021	A livre concorrência, os cartéis e os delitos contra as relações de consumo O Direito de defesa da concorrência. Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. Relações de consumo – Código de Defesa do Consumidor. Delitos em espécie.
25	13/12/2021	Seminário Preparatório	26	15/12/2021	Lavagem de Capitais e a Ação Penal 470 do STF Bem jurídico tutelado. Fases da lavagem. 40 Recomendações do GAFL. Auto-lavagem. Consumação. Teoria da cegueira deliberada e o dolo eventual. Crítica à extinção do rol de crimes antecedentes. Competência: autonomia absoluta ou relativa?. Medidas assecuratórias. Colaboração premiada. Art. 305-bis do Código Penal Suíço e a Lei 9.613/98. Reflexões sobre a lavagem de capitais na AP 470.
27	07/02/2022	Seminário Preparatório	28	09/02/2022	Responsabilidade penal da pessoa jurídica e criminalidade ambiental Constitucionalidade do art. 225, §3º, da Constituição Federal de 1988. Natureza da pessoa jurídica. Responsabilidade penal da pessoa jurídica: modelos de heteroresponsabilidade e autorresponsabilidade. STJ e a dupla imputação. Lei nº 9.605/98. Princípio da insignificância nos crimes ambientais
29	14/02/2022	Seminário Preparatório	30	16/02/2022	Tutela penal do mercado de valores mobiliários Lei nº 6.404/76: divulgação de informações e a Instrução CVM nº 480. Instrução CVM nº 400. Instrução CVM nº 358. Insider trading. Manipulação do mercado. INSTRUÇÃO CVM Nº 8: condições artificiais de demanda, oferta ou preço de valores mobiliários; manipulação de preços; operação fraudulenta; prática não equitativa. Uso Indevido de Informação Privilegiada. Exercício Irregular de Cargo, Profissão, Atividade ou Função.
31	21/02/2022	Seminário Preparatório	32	23/02/2022	Criminalidade digital e tutela penal da Privacidade, Honra, Intimidade e Imagem no espaço cibernético “Cyberbullying” e Cyberterrorismo. Lei 9.609/98: propriedade intelectual na Lei do “software”. Lei 12.737/12: delitos informáticos. Direito à privacidade na internet: conflitos entre liberdade de expressão e honra. Divulgação de dados cadastrais. Conflitos entre a mídia e o

					princípio da presunção de inocência. Influência da mídia nos julgamentos. A (i)lícitude das provas obtidas por meio da imprensa.
<b>Módulo 3</b>					
<b>Carga horária - 60h/a</b>					
<b>Persecução da criminalidade empresarial: princípios norteadores, persecução penal contemporânea e digital e aspectos específicos dos recursos</b>					
33	07/03/2022	Seminário Preparatório	34	09/03/2022	Princípios constitucionais do Direito Processual Penal: devido processo penal como instrumento de defesa das liberdades públicas Pressupostos constitucionais do contraditório e da ampla defesa no inquérito policial. O devido processo penal e o poder disciplinar da Administração Pública: a ampla defesa e o contraditório nos processos administrativos disciplinares. Fundamentação das decisões judiciais
35	14/03/2022	Seminário Preparatório	36	16/03/2022	Investigação da criminalidade econômica <i>Notícia criminis</i> provocada e anônima. Indiciamento. Diligências. Participação do investigado e da vítima. Busca e apreensão. Condução coercitiva. Quebras de sigilos fiscal, bancário e telefônico. Captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos. Colaboração premiada. Flagrante retardado e agente infiltrado
37	21/03/2022	Seminário Preparatório	38	23/03/2022	A tutela constitucional da liberdade no curso da persecução penal Liberdade e prisões cautelares. Relaxamento da prisão ilegal. Habeas corpus e Recurso ordinário constitucional
39	28/03/2022	Seminário Preparatório	40	30/03/2022	Meios contemporâneos de obtenção da prova: Quebras de sigilos bancário, fiscal, telefônico, ambiental, digital; Busca e Apreensão, Sequestro, Arresto e Hipoteca legal; Inversão do ônus da prova: Legalidade e hipóteses. A produção probatória para apurar crimes difusos e digitais: Constatação do dano difuso e coleta da prova no mundo cibernético. Banco de dados de perfis genéticos e os direitos da personalidade. Mandados de busca e de detenção europeus
41	04/04/2022	Seminário Preparatório	42	06/04/2022	As medidas assecuratórias no mundo digital Finalidades. Classificação. As peculiaridades na apuração dos delitos econômicos e empresariais. Efetividade e celeridade no mundo digital: Busca e Apreensão, Sequestro, Arresto e Hipoteca legal. Requerimentos cumulativos, alternativos e/ou sucessivos. Mandados de busca e de detenção europeus.
43	11/04/2022	Seminário Preparatório	44	13/04/2022	Regularidade formal e material do processo penal e as razões do recurso de apelação Provas ilícitas. Provas ilegítimas. Os elementos coletados no ambiente empresarial e a política de privacidade e de uso de equipamentos eletrônicos. O desenvolvimento das questões preliminares e prejudiciais nas razões de apelação.
45	18/04/2022	Seminário Preparatório	46	20/04/2022	Recursos Extraordinários no Processo Penal e Avaliação Recursos Especial e Extraordinário em sentido estrito. Admissibilidade. Prequestionamento. Repercussão geral. Agravo de decisão denegatória
47	25/04/2022	<b>Encerramento *avaliação final do Curso</b>			

## IX. METODOLOGIA

Os temas serão analisados e expostos, respetivamente, em Seminários preparatórios - sob a orientação de professores com formação acadêmica, oportunidade em que debaterão questões previamente indicadas pelo Palestrante e em Aulas/Palestras ministradas por Professores do Corpo Docente.

## X. BIBLIOGRAFIA BÁSICA E OUTRAS REFERÊNCIAS:

Básicas:

ASSI, Marcos. Gestão de compliance e seus desafios: como implementar controles internos, superar dificuldades e manter a eficiência dos negócios. São Paulo: Saint Paul, 2013.

BACIGALUPO, Enrique. Compliance y Derecho Penal. Pamplona (Espanha): Thomson Reuters, 2011.

BADARÓ, Gustavo Henrique; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. Lavagem de Dinheiro: comentários à Lei 9.613/1998, com alterações da Lei 12.683/2012. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. Globalização: as consequências humanas. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BECK, Ulrich. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. Trad. Sebastião Nascimento. 34. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Crimes contra as finanças públicas e crimes de responsabilidade do prefeito. São Paulo: Saraiva, 2010.

CARVALHOSA, Modesto. Considerações sobre a lei anticorrupção das pessoas jurídica: Lei 12.846/2013. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

COMPARATO, Fábio Konder. Ética, direito, moral e religião no mundo moderno. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

COSTA, José de Faria; RAMOS, Maria Elisabete. O crime de abuso de informação privilegiada. Coimbra (Portugal): Coimbra Editora, 2006.

DIAS, Jorge de Figueiredo. Acordos sobre a sentença em processo penal. Porto (Portugal): Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados, 2011.

FERNANDES, Paulo Silva. Globalização, “sociedade de risco” e o futuro do direito penal: panorâmica de alguns problemas comuns. Coimbra (Portugal): Almedina, 2001.

HASSEMER, Winfried. Direito penal: fundamentos, estrutura, política. Trad. Adriana Beckman Meirelles et al. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2008.

LAVION, Didier et al. PwC's 2018 Global Economic Crime and Fraud Survey. Fonte: <https://www.pwc.com/gx/en/forensics/global-economic-crime-and-fraud-survey-2018.pdf>

PAGLIARO, Antonio; COSTA JR., Paulo José da Costa. Dos crimes contra a administração pública. São Paulo: 2009.

PINTO, Eduardo Vera-Cruz. Dignidade Humana e Ciberterrorismo – O Direito e a Dignidade da Nova Pessoa Digital: um depoimento em Jeito de Reflexão. A efetividade da Dignidade Humana na Sociedade Globalizada. SILVA, Marco Antonio Marques da. (Coord.). São Paulo: Quartier Latin, 2017.

\_\_\_\_\_. Curso livre de ética e filosofia do direito. Cascais (Portugal): Princípia, 2010.

RAGUÉS I VALLÈS, Ramon. Ignorancia deliberada em derecho penal. Barcelona (Espanha): Atelier, 2007.

SARCEDO, Leandro. Compliance e responsabilidade penal da pessoa jurídica: construção de um novo modelo de imputação baseado na culpabilidade corporativa. São Paulo: LiberArs, 2016.

SILVA, Carla Valente Archanjo da. Os programas de integridade como forma efetiva de combate a corrupção. Corrupção, ética e cidadania. SILVA, Marco Antonio Marques da. (Org.). São Paulo: Quartier Latin, 2018.

SILVA, Marco Antonio Marques da (Org.). Corrupção, ética e cidadania. São Paulo: Quartier Latin, 2018.

\_\_\_\_\_. Refugiados, imigrantes e igualdade dos povos: estudos em homenagem a António Guterres. São Paulo: Quartier Latin, 2017.

\_\_\_\_\_. A efetividade da Dignidade Humana na Sociedade Globalizada. São Paulo: Quartier Latin, 2017.

\_\_\_\_\_. Trabalho escravo e dignidade humana. In: MARZAGÃO JÚNIOR, Laerte I (Coord). Tráfico de pessoas. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

\_\_\_\_\_. Cidadania e democracia: instrumentos para a efetivação da dignidade humana. In: SILVA, Marco Antonio Marques da; MIRANDA, Jorge (Coords.). Tratado luso-brasileiro da dignidade humana. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

SILVA, Roberto Ferreira Archanjo da. Criminalidade Empresarial: delitos patrimoniais e digitais contra as Empresas e o aprimoramento do Compliance. Corrupção, ética e cidadania. SILVA, Marco Antonio Marques da. (Org.). São Paulo: Quartier Latin, 2018.

\_\_\_\_\_. Dignidade Humana e Persecução Penal. A efetividade da Dignidade Humana na Sociedade Globalizada. SILVA, Marco Antonio Marques da. (Coord.). São Paulo: Quartier Latin, 2017.

\_\_\_\_\_; SILVA, Carla Valente Archanjo da. Os “recém-chegados” e a busca pela paz: a concessão de refúgio para efetivar um direito fundamental de 5ª dimensão. Refugiados, imigrantes e igualdade dos povos: estudos em homenagem a António Guterres. SILVA, Marco Antonio Marques da. (Coord.). São Paulo: Quartier Latin, 2017.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María; FERNÁNDEZ, Raquel Montaner. Criminalidad de empresa y compliance: prevención y reacciones corporativas. Barcelona (Espanha): Atelier, 2013.

\_\_\_\_\_. La expansión del derecho penal: aspectos de la política criminal em las sociedades



postindustriales. 3. ed. Madrid (Espanha): Edisofer, 2011.

\_\_\_\_\_. (Dir.). Libertad económica o fraudes punibles? Madrid (Espanha): Marcial Pons, 2003.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge; SAAD-DINZ, Eduardo. Compliance, direito penal e lei anticorrupção. São Paulo: Saraiva, 2015.

\_\_\_\_\_. Cegueira deliberada e lavagem de dinheiro. Boletim do IBCCRIM. n. 246 - MAIO/2013. IBCCRIM: São Paulo, 2013.

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes. Criminalidade organizada e criminalidade de massa: interferências e ingerências mútuas. Coimbra (Portugal): Almedina, 2009.

#### Complementares:

ALMEIDA, Joaquim Canuto Mendes de. Processo penal, ação e jurisdição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1975.

\_\_\_\_\_. Princípios fundamentais do processo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.

ANDRADE, Manuel da Costa. Sobre as proibições de prova em processo penal. Reimp. Portugal: Coimbra, 2006.

ÁVILA, Humberto. Teoria dos princípios. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

AVOLIO, Luiz Francisco Torquato. Provas ilícitas: interceptações telefônicas, ambientais e gravações clandestinas. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. Trad. Torrieri Guimarães. 11. ed. São Paulo: Hemus, 1995.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal. São Paulo: Saraiva, 2014.

BOBBIO, Norberto. Teoria do Ordenamento Jurídico. 10. ed. Trad. Maria Celeste Cordeiro Leite. Brasília: Editora da UnB, 1999.

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. Política, sistema jurídico e decisão judicial. São Paulo: Max Limonad, 2002.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Terrorismo e direitos fundamentais. In: Estudos sobre direitos fundamentais. São Paulo: Revista dos Tribunais; Portugal: Coimbra, 2008.

\_\_\_\_\_. Métodos de protecção de direitos, liberdades e garantias. In.: Direito penal especial, processo penal e direitos fundamentais: visão luso-brasileira. Coord. José de Faria Costa e Marco Antonio Marques da Silva. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

\_\_\_\_\_. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2008.

CARNELUTTI, Francesco. Lições sobre o processo penal. Trad. Francisco José Galvão Bruno. Campinas: Bookseller, 2004. t. I-IV.

\_\_\_\_\_. O problema da pena. Trad. Hiltomar Martins Oliveira. Belo Horizonte: Líder, 2003.

\_\_\_\_\_. As misérias do processo penal. Trad. José Antonio Cardinalli. São Paulo: Conan, 1995.

CASTRO, Renato de Lima. Crimes contra as finanças públicas – crimes contra a administração pública. Coordenação: Adel El Tasse e Luiz Regis Prado. Curitiba: Juruá, 2006.

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

DIAS, Jorge de Figueiredo. Direito processual penal. Reimp. Coimbra: Coimbra, 2004.

DINAMARCO, Cândido Rangel. A instrumentalidade do processo. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

DOTTI, René Ariel. Princípios do processo penal. Revista de Processo, São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 69, ano 18, p. 72-91, jul./set. 1992.

\_\_\_\_\_. Declaração Universal dos Direitos do Homem e notas da legislação brasileira. Curitiba: JM, 1998.

FERNANDES, Antonio Scarance. Processo penal constitucional. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

\_\_\_\_\_. Teoria geral do procedimento e o procedimento no processo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

\_\_\_\_\_. A reação defensiva à imputação. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

\_\_\_\_\_; ALMEIDA, José Raul Gavião de; MORAES, Maurício Zanoide de (Coords.). Crime organizado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

FERRAJOLI, Luigi. Direito e razão: teoria do garantismo penal. Trad. Ana Paula Zomer et al. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Estudos de filosofia do direito: reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

\_\_\_\_\_. Conceito de sistema no direito: uma investigação histórica a partir da obra jusfilosófica de Emil Lask. São Paulo: Revista dos Tribunais, EDUSP, 1976.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 14.ed. São Paulo: Saraiva,2009.

GOLDSCHMIDT, James. Principios generales del proceso: teoria general del proceso. Buenos Aires: Ediciones Jurídicas Europa-América, 1961, v. I-II.

GOMES FILHO, Antonio Magalhães. A motivação das decisões penais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

\_\_\_\_\_. Presunção de inocência e prisão cautelar. São Paulo: Saraiva, 1991.

GRECO FILHO, Vicente. Interceptação telefônica: considerações sobre a Lei n. 9.296, de 24 de julho de 1996. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

\_\_\_\_\_. Manual de processo penal. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GRECO, Rogério. Curso de direito penal. 8. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2007, v. I-IV.

\_\_\_\_\_. Código penal comentado. Rio de Janeiro: Impetus, 2012.

GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães; FERNANDES, Antonio Scarance. Recursos no processo penal: teoria dos recursos, recursos em espécie, ações de impugnação, reclamação aos tribunais. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

\_\_\_\_\_;\_\_\_\_\_;\_\_\_\_\_. As nulidades no processo penal. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

JARDIM, Afrânio Silva. Direito processual penal. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

LOPES JUNIOR, Aury. Introdução crítica ao processo penal (fundamentos da instrumentalidade constitucional), 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

\_\_\_\_\_. (Re)discutindo o objeto do processo penal com Jaime Guasp e James Goldschmidt. In.: Revista Brasileira da Ciências Criminais, v. n.39, São Paulo, IBCCRIM, ano 10, jul-set. 2002.

MARQUES, José Frederico. Estudos de direito processual penal. 2. ed. Campinas: Millennium, 2001.

\_\_\_\_\_. Elementos de direito processual penal. Rio de Janeiro: Forense, 1961. v. I-IV.

MARQUES, Oswaldo Henrique Duek. Fundamentos da pena. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

MÉDICI, Sérgio de Oliveira. Revisão criminal. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

\_\_\_\_\_. Conteúdo jurídico do princípio da igualdade. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

MORAES, Mauricio Zanoide de. Interesse e legitimação para recorrer no processo penal brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis. Justa causa para a ação penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

NUCCI, Guilherme de Souza. O valor da confissão como meio de prova no processo penal. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

PEREIRA, Cláudio José Langroiva. Proteção jurídico-penal e direitos universais – Tipo, tipicidade e bem jurídico universal. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

PIERANGELI, José Henrique. Direito criminal. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

PITOMBO, Cleunice Bastos. Da busca e da apreensão no processo penal. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

PITOMBO, Sérgio Marcos de Moraes. Prefácio. In: TUCCI, Rogério Lauria. Teoria do direito processual penal: Jurisdição, ação e processo penal (estudo sistemático). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

\_\_\_\_\_. Inquérito policial: Exercício do direito de defesa. In: Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. São Paulo: IBCCRIM, ano 7, n. 83, abr. 1999.

\_\_\_\_\_. Mais de 126 anos de Inquérito Policial – Perspectivas para o futuro. In: Revista da ADPESP. São Paulo: Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo, Ano 19, n.25, Mar. 1998.

\_\_\_\_\_. O juiz penal e a pesquisa da verdade material. In: PORTO, Hermínio Alberto Marques;

SILVA, Marco Antonio Marques da. (Org.). *Processo Penal e Constituição Federal*. São Paulo: Acadêmica, 1993. cap. 6.

PORTO, Hermínio Alberto Marques; SILVA, Roberto Ferreira Archanjo da. A fundamentação constitucional das normas processuais penais: bases fundamentais para um processo penal democrático e eficiente. In: SILVA, Marco Antonio Marques da; MIRANDA, Jorge (Coords.). *Tratado luso-brasileiro da dignidade humana*. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

\_\_\_\_\_. *Júri: procedimentos e aspectos do julgamento: questionários*. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

\_\_\_\_\_; SILVA, Marco Antonio Marques da. (Org.). *Processo Penal e Constituição Federal*. São Paulo: Acadêmica, 1993.

POZZER, Benedito Roberto Garcia. *Correlação entre acusação e sentença, no processo penal brasileiro*. São Paulo: IBCCRIM, 2001.

PRADO, Luiz Regis. *Bem jurídico-penal e Constituição*. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

\_\_\_\_\_. *Curso de direito penal brasileiro*. 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

REALE, Miguel. *Teoria tridimensional do direito; Teoria da justiça; Fontes e modelos do direito*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

ROXIN, Claus. *A parte geral do direito penal material. Introdução ao direito penal e ao direito processual penal*. Trad. Gercélia Batista de Oliveira Mendes. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

\_\_\_\_\_. *Derecho procesal penal*. Trad. Gabriela Córdoba et al. Buenos Aires: del Puerto, 2000.

SAAD, Marta. *O direito de defesa no inquérito policial*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

SCHÜNEMANN, Bernd. *¿Crisis del procedimiento penal? ¿marcha triunfal del procedimiento penal americano em el mundo? Temas actuales y permanentes del Derecho penal después del milenio*. Trad. Silvina Bacigalupo. Madrid: Tecnos, 2002.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. *Aproximación al derecho penal contemporáneo*. Barcelona: J.M.Bosch, 2002.

SILVA, Marco Antonio Marques da; MIRANDA, Jorge (Coords.). *Tratado luso-brasileiro da dignidade humana*. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

\_\_\_\_\_. *Processo penal e garantias constitucionais*. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

\_\_\_\_\_. *Acesso à justiça penal e Estado democrático de direito*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001.

SILVA, Roberto Ferreira Archanjo da. *Audiência preliminar no Juizado Especial Criminal e o estigma das anotações criminais*. *Revista do Advogado*, n. 127, ago/2015, São Paulo: AASP, p. 83-91.

\_\_\_\_\_. *A prova pericial na reforma processual penal*. In.: *Revista dos Tribunais*, v. 878, São Paulo, *Revista dos Tribunais*, ano 97, dez. 2008.

TIEDEMANN, Klaus. *O direito processual penal. Introdução ao direito penal e ao direito processual penal*. Trad. Gercélia Batista de Oliveira Mendes. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

TUCCI, Rogério Lauria. *Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro*. 3. ed. São

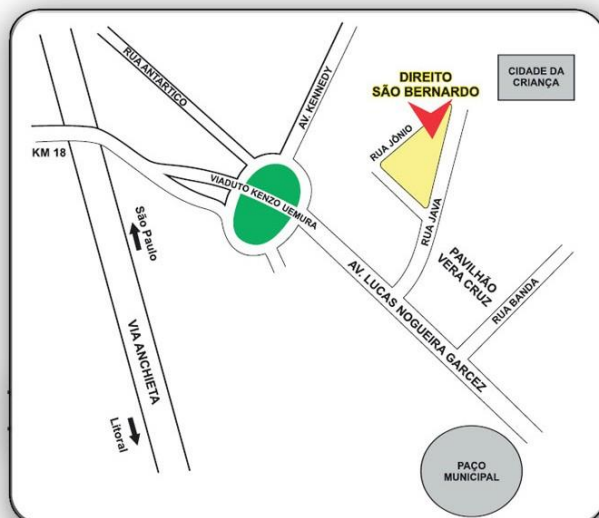
Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

\_\_\_\_\_. Teoria do direito processual penal: Jurisdição, ação e processo penal (estudo sistemático). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

\_\_\_\_\_. Visão do Direito Processual Penal Moderno. In: PENTEADO, Jaques de Camargo (Coord.). Justiça penal, 7. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

\_\_\_\_\_; TUCCI, José Rogério Cruz e. Devido processo legal e tutela jurisdicional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

ZILLI, Marcos Alexandre Coelho. A iniciativa instrutória do juiz no processo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.



## Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo Autarquia Municipal

Rua Java, 425 - Jardim do Mar  
São Bernardo do Campo - SP - 09750-650

Tel: (11) 3927-0202

[www.direitosbc.br](http://www.direitosbc.br)  
[pos@direitosbc.br](mailto:pos@direitosbc.br)

 /Faculdade Direito de Sbc

 /facdireitosbc

 /facdireitosbc

 /facdireitosbc